



Folha nº.
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

PROTOCOLO 01-013278/2022

PARECER Nº. 006/2022-DP-4

DISPENSA DE LICITAÇÃO – CONTRATAÇÃO DE CARTÓRIO DE NOTAS E PROTESTOS PARA SERVIÇOS DE REGISTROS, AUTENTICAÇÃO DOCUMENTOS E LAVRATURA DE ESCRITURAS. VIABILIDADE JURÍDICA.

Mediante o presente, a Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S.A., solicita parecer jurídico acerca da possibilidade de dispensa de licitação para contratação de cartório de notas visando os serviços de autenticação de documentos e lavratura de escrituras decorrentes das atividades de regularização fundiária e em atendimento as necessidades da Companhia.

A Gerência solicitante apresenta justificativa para a escolha do 9º Ofício, baseada no fato de estar localizado muito próximo da sede da Companhia o que implica em vantagem, bem como na agilidade no atendimento que o cartório tem em atender as demandas da empresa.

Remetido o presente processo a esta Supervisão, e de posse de toda a documentação que o instrui, verificou-se que não há quaisquer impedimentos jurídicos para que ocorra a contratação direta do objeto descrito no projeto básico, conforme norma contida no Art. 122, do RILC, que trata das dispensas de licitação, bem como inciso II, do artigo 29 da Lei de Licitações (Lei nº 13.303/2016), visto que o objeto da presente se enquadra nas hipóteses de dispensa de licitação, haja visto que a contratação do serviço a ser realizado não ultrapassa o limite legal de R\$ 50.000,00.

Dispõe o Art. 29, II, da Lei 13.303/2016 que:

Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

**II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;
(...)"**



Folha nº:
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

A dispensa da licitação se aplica quando, embora viável a competição, a licitação é inadequada ao interesse público e evidencia, assim, a sua discricionariedade, caracterizando-se como uma liberdade concedida à administração para, com base em juízo de conveniência e oportunidade, optar entre realizar ou não a licitação.

Ademais, a considerar a natureza dos serviços relacionados à atividades notariais e de registro constituem serviços públicos, fiscalizados pelo Poder Judiciário do Estado, serviços estes que por força do Art. 236, da Constituição Federal, são exercidos por delegação do poder público em caráter privado mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, dotando de fé pública tal atuação do oficial registrador. São considerados essencialmente públicos, muito embora seja o seu exercício desenvolvido pelo particular.

Assim, no que tange a possibilidade da contratação de tais serviços mediante dispensa de licitação, além de adequados aos limites de valores para tal, tem-se que por corresponder a serviços exercidos por delegação do poder público e sobre as regras específicas para tal exercício, inclusive no que tange aos seus valores, tal encontra-se revestido de total legalidade e de vantagem como justificado pelo solicitante.

De outro viés, analisando o processo em comento quanto a sua adequação formal frente às disposições legais e às normativas internas acerca dos procedimentos das fases preparatórias de licitação, dispensas e inexigibilidades, as quais foram integralmente observadas, estando o procedimento de dispensa regularmente instruído com projeto básico contemplando justificativa quanto a necessidade da contratação e a manifestação da Gerência Financeira atestando possuir recursos financeiros para arcar com a despesa em tela, bem como autorização de Diretoria Executiva e indicação de gestor e fiscal do contrato.

De igual forma, observa-se que, foram acostados ao processo pesquisa de preços para os serviços em tela, demonstrando que estão de acordo com as normas estatuídas para os serviços e a prática de mercado, e ainda, que os valores apresentados são compatíveis com o limite legal estabelecido para a dispensa de licitação, não havendo óbice jurídico para sua execução.

Das informações da Gerência Financeira também se extrai que durante o exercício vigente não foram despendidos recursos em valor que extrapole o limite legal, com contratações semelhantes ao objeto em tela.

Diante disto, entende essa Supervisão Jurídica não haver óbice para que sejam contratados os serviços em tela, mediante dispensa de licitação fundamentada nas disposições do Inciso II, do artigo 29 da Lei de Licitações (Lei nº 13.303/2016), combinado com Art. 122, do RILC remetendo o presente para Comissão de Licitação para dar continuidade ao presente.

Curitiba, 07 de Fevereiro de 2022.

Sandra Regina S. Romaniello
Supervisão Jurídica
OAB-PR 18190